

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Ingressos (a)	150.000	76.238	226.238
Encargos	10.611	807	11.418
Amortizações de principal	(185.000)	-	(185.000)
Pagamentos de juros	(20.640)	-	(20.640)
Custo de captação (b)	470	(1.895)	(1.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	151.283	75.150	226.433

Saldos em 31 de dezembro de 2017	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Ingressos	-	185.000	185.000
Encargos	11.312	-	11.312
Transferências	185.000	(185.000)	-
Custo de captação	598	(1.068)	(470)
Transferências de transação	(1.068)	1.068	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	195.842	-	195.842

(a) Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FMD) nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em 07 de dezembro de 2019, ocorreu a primeira liberação do recurso no valor de R\$ 76.238, que se destina à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de ITCR + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038. Em 30 de outubro de 2019, houve um ingresso de R\$ 150.000, referente à uma CCB com o Banco Santander cujo recurso se destina ao capital de giro da Companhia, com taxa de 113% do CDI com vencimento final em 27 de outubro de 2020. (b) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização do mesmo. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fiduciárias para mais detalhes, vide nota explicativa nº 15 – Partes relacionadas) e covenants (apresentado pelo seu avaliador e controlador financeiro, Equatorial Energia S.A.) cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Equatorial Energia S.A. manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos. **Cronograma de amortização da dívida.** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	151.283	67%	151.283	67%
2021	2.986	1%	2.986	1%
2022	4.356	2%	4.356	2%
2023	4.356	2%	4.356	2%
2024	4.356	2%	4.356	2%
Após 2024	60.991	27%	60.991	27%
Subtotal	77.045	34%	77.045	34%
Custo de captação (Não circulante)	(1.895)	-1%	(1.895)	-1%
Não circulante	75.150	33%	75.150	33%
Total	226.433	100%	226.433	100%

12. Debêntures: A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Ingressos	191.826	-	191.826
Encargos	-	130.000	130.000
Transferência	12.055	3.890	15.945
Amortização de principal	(80)	80	-
Amortização de juros	(185.000)	-	(185.000)
Variação monetária	(20.045)	-	(20.045)
Custo de captação (a)	-	1.608	1.608
Saldos em 31 de dezembro de 2019	191.826	130.000	321.826

(a) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização do mesmo. Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	-	-	-	-
2021	3.447	2%	3.447	2%
2023	1.102	1%	1.102	1%
2024	1.316	1%	1.316	1%
Após 2024	129.633	97%	129.633	97%
Não circulante	135.498	101%	135.498	101%
Custo de captação (Não circulante)	(1.227)	-1%	(1.227)	-1%
Total não circulante	134.271	100%	134.271	100%

(a) Primeira emissão de debêntures. Em 20 de maio de 2018, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quicquidária, com garantia fiduciária, em série única, no montante total de R\$ 185.000, com vencimento em 20 de novembro de 2019, com taxa contratada de 114,60% do CDI. Os recursos foram totalmente destinados a investimentos em projeto de linha de transmissão. Em 20 de novembro de 2019 foi realizada a liquidação total desta operação. **(b) Segunda emissão de debêntures.** Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures Incentivadas de acordo com a Portaria do MME nº 180, de 27 de junho de 2017, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quicquidária, com garantia fiduciária, em série única, no montante total de R\$ 130.000, com remuneração de IPCA + 4,85% a.a. e vencimento em abril de 2039. Os recursos serão totalmente destinados a investimentos em projeto de linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da dívida com custo de captação é de R\$134.271 e a taxa efetiva dessa operação é de 8,42% a.a. As debêntures acima contratadas pela Companhia possuem covenants (divulgado pelo seu avaliador e controlador financeiro, Equatorial Energia S.A.) e garantias financeiras (fiduciárias, apresentadas na nota explicativa nº 15 – Partes relacionadas), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Equatorial Energia S.A. manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos. **13. Impostos de renda, contribuições sociais e impostos diferidos passivos.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), no exercício em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	197.458	197.458	66.541	66.541
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Alíquota fiscal (a)	49.365	17.771	16.635	5.989

Adições:
 Adições decorrentes do custo de construção – CPC 47/IFRS 15 (b) 70.791 25.484 25.628 9.226
 Outras adições 1.339 482 - -
 72.130 25.966 25.628 9.226

Exclusões:
 Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual CPC 47/IFRS 15 (c) (121.858) (43.869) (43.424) (15.632)
 Outras exclusões (7.654) (2.755) - -
 (129.512) (46.624) (43.424) (15.632)
 Prejuízo Fiscal e Base Negativa (a) + (b) + (c) (i) (8.017) (2.887) (1.161) (417)
 Despesa IRPJ e CSLL diferidos no exercício (b) + (c) 57.382 20.658 17.796 6.406
 Despesa com IRPJ e CSLL corrente no exercício - - - -

13.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	461.253	174.216	461.253	174.216
Receita de construção (a)	62.254	17.185	62.254	17.185
Remuneração de ativos de contratos (b)	13.607	-	13.607	-
Ativo de contrato - Ganho de realização (c)	537.114	191.401	537.114	191.401

Deduções da receita PIS/COFINS diferidos (49.683) (17.705)
Receita líquida 487.431 173.966

(a) Com o andamento da obra (35% concluída), houve um incremento na receita de construção. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a margem utilizada foi de 38,61%. (b) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento do ativo de contrato. (c) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. A empresa gerou um ganho, pois foi eficiente no exercício.

13.2 Imposto de renda e contribuições social diferidos

	Reconhecimento		Valor Ativo		Passivo	
	Saldo em 2018	Resultado	líquido	fiscal diferido	fiscal diferido	fiscal diferido
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	34.853	98.096	132.949	132.949	-	-
Receita de Construção – CPC 47/IFRS 15	(59.204)	(176.136)	(235.340)	-	(235.340)	-
Ajuste de adoção do IFRS 15	(3.537)	-	(3.537)	-	(3.537)	-
Total	(27.888)	(78.040)	(105.928)	132.949	(238.877)	-

14. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2019		2018	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Receita de construção no exercício	49.683	17.705	49.683	17.705
Receita de remuneração do ativo de contratos no exercício	21.091	2.237	21.091	2.237
Ganhos / perdas na realização do ativos de contrato	-	-	-	-
Total	70.774	21.091	70.774	21.091

15. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 566, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

Outros contas a pagar (a)	2019		2018	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(46)	(6)	(40)	40
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(24)	-	(24)	24
Equatorial Transmissão S.A.	(403)	1.109	(1.512)	1.512
Total	(473)	1.103	(1.576)	1.576

(b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.00037/2018-91, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento. **Remuneração das pessoas-chaves da administração.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o pessoal-chave da Administração conta com sete membros no Conselho da Administração e seis membros na Diretoria Executiva. Conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2019, a remuneração global anual para os administradores foi fixada em R\$ 150.000. Atualmente a remuneração dos administradores da Companhia é realizada pela sua controladora (Equatorial Transmissão S.A.). **Garantias.** A Equatorial Energia S.A., parte relacionada da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	financiamento	aval	Início	Término	liberado	Valor em 31/12/2019
Debentures 2ª Emissão	130.000	100	23/05/2019	15/04/2039	130.000	135.498
Santander	150.000	100	30/10/2019	27/10/2020	150.000	151.283
FDA	293.095	100	07/11/2019	30/10/2038	76.238	77.045
	573.095				356.238	363.826

16. Provisão para ações judiciais: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de peritos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para a viabilização da linha de transmissão, a Companhia dá entrada em processos judiciais cíveis civis, decorrentes de indenizações por serviços. Isso ocorre quando não há um acordo com os proprietários dos terrenos que a linha deverá percorrer. Em virtude de tais processos estarem diretamente ligados aos custos das obras, os mesmos irão compor o custo de construção da infraestrutura (vide nota explicativa nº 8). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há processos judiciais passivos (trabalhistas, cíveis ou ambientais) em nome da Companhia. **17. Patrimônio líquido: 17.1 Capital social.** Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 98.021, e totalmente integralizado de R\$ 79.393 (Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 98.021, e totalmente integralizado de R\$ 69.455). Conforme Reunião do Conselho da Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017 a Companhia tem até 31/12/2022 para integralizar totalmente seu capital social. Em 06 de junho de 2019, houve aumento de capital no valor de R\$ 9.938 (R\$ 34.529 em 31 de dezembro de 2018) por meio de transferência bancária. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital está representado por R\$98.021,217 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. **17.2 Reserva de lucros (representado).** A Reserva Legal é constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 8.455 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.484). **B. Reserva de lucros a realizar.** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Essa reserva será utilizada para distribuir dividendos quando a Companhia entrar em operação, ou seja, iniciar o recebimento da receita anual permitida (RAP). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 160.644 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 47.197). **c. Lucro por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir contém o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2019		2018	
	Lucro líquido do exercício	Denominador	Lucro líquido do exercício	Denominador
Lucro líquido do exercício	119.418	42.339	119.418	42.339
Média ponderada de ações no cálculo do LPA	98.021	98.021	98.021	98.021
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	1.2183	4,0319	1.2183	4,0319

18. Receita líquida

	2019		2018	
	Receita operacional	Reapresentado	Receita operacional	Reapresentado
Receita de construção (a)	461.253	174.216	461.253	174.216
Remuneração de ativos de contratos (b)	62.254	17.185	62.254	17.185
Ativo de contrato - Ganho de realização (c)	13.607	-	13.607	-
Deduções da receita PIS/COFINS diferidos	(49.683)	(17.705)	(49.683)	(17.705)
Receita líquida	487.431	173.966	487.431	173.966

(a) Com o andamento da obra (35% concluída), houve um incremento na receita de construção. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a margem utilizada foi de 38,61%. (b) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento do ativo de contrato. (c) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. A empresa gerou um ganho, pois foi eficiente no exercício.

19. Custos por natureza

	2019		2018	
	Custo de construção (a)	Pessoal	Materiais	Serviço de terceiros
Pessoal	1.608	(1.250)	1.608	(1.250)
Materiais	(134.250)	(9.019)	(134.250)	(9.019)
Serviço de terceiros	(125.794)	(89.107)	(125.794)	(89.107)
Outros custos	(21.537)	(7.608)	(21.537)	(7.608)
Total dos custos por natureza	(283.189)	(106.984)	(283.189)	(106.984)

(a) O custo de construção são todos os custos da Companhia para a implementação da infraestrutura. **Resultado financeiro, líquido**

	2019		2018	
	Despesas financeiras s/ captações e aplicações	Outras despesas financeiras	Total de despesas financeiras	21. Instrumentos financeiros: 21.1 Considerações gerais.
Despesas financeiras s/ captações e aplicações	(6.549)	(4)	(6.549)	(4)
Outras despesas financeiras	(235)	(167)	(235)	(167)
Total de despesas financeiras	(6.784)	(171)	(6.784)	(171)

21. Instrumentos financeiros: 21.1 Considerações gerais. A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. **21.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter efeito material nos valores de realização estimados. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	2019		2018	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	219	219	626	626
Investimentos de curto prazo	39.397	39.397	311.529	311.529
Total do ativo	39.616	39.616	312.155	312.155

Passivo	2019		2018	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	53.880	53.880	39.606	39.606
Debêntures	134.271	318.784	191.826	182.234
Empréstimos e financiamentos	226.433	201.816	195.842	186.850
Total do passivo	414.584	574.480	427.274	408.690

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo; são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. **21.3 Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração tem a responsabilidade